

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 03 DE FEVEREIRO DE 1997

PRESIDENTE: Exmo Sr. MINISTRO BUENO DE SOUZA

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: Exma Sra. Dra. DELZA CURVELHO ROCHA

SECRETÁRIA: BELA KÁTIA GOMES DE OLIVEIRA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DANTAS, ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, CID FLAQUER SCARTEZZINI, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, JOSÉ DE JESUS FILHO, GARCIA VIEIRA, LUIZ VICENTE CERNICCIARO, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, HÉLIO MOSIMANN, PEÇANHA MARTINS, DEMÓCRITO REINALDO E HUMBERTO GOMES DE BARROS foi aberta a sessão.

Ausentes, justificadamente, os Exmos. Srs. Ministros WILLIAM PATTERSON, AMÉRICO LUZ, EDSON VIDIGAL, WALDEMAR ZVEITER, FONTES DE ALENCAR E ANSELMO SANTIAGO.

RELATÓRIO ANUAL

O SR. MINISTRO BUENO DE SOUZA: Dirijo ao Eminentes pares, e também aos Eminentes Ministros aposentados que se encontram no recinto, as saudações da Presidência e de todo o Tribunal pelo reinício dos trabalhos da Corte Especial nesta sessão.

Dou conhecimento à Casa de que os Eminentes Ministros William Patterson, Waldemar Zveiter e Fontes de Alencar comunicaram a impossibilidade de comparecer por motivo de saúde. Entretanto, não apontaram necessidade de licença, de modo que em breves dias retomarão a sua participação em nossos trabalhos.

Atendendo à disposição regimental, devo apresentar à Corte Especial o relatório dirigido a todo o Tribunal, referente às atividades do ano findo de 1996. Os Eminentes Ministros têm sobre a bancada uma cópia desse relatório, ilustrada por estatísticas e por mapas que contém dados informativos.

Dado o interesse que vislumbro no conhecimento de providências desenvolvidas ao longo desse período e de preocupações da Presidência quanto aos meses futuros, peço vênua aos Colegas para a leitura de algumas partes deste relatório, que se faz instruir pelos dados estatísticos há pouco mencionados.

A Presidência, ao cumprir, nesta oportunidade, o dever regimental de oferecer relatório ao Superior Tribunal de Justiça das atividades do ano anterior, está certa de que o resumo dos resultados obtidos e a identificação das dificuldades a vencer contribuirão para alento desta Corte na busca incessante do melhor desempenho de sua elevada missão constitucional.

Em 1996, o Tribunal julgou setenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove processos e publicou trinta e sete mil, quatrocentos e setenta

e seis acórdãos. Foram mil trezentas e sessenta e seis as decisões proferidas em recursos extraordinários.

As diversas Seções e Turmas realizaram quatrocentos e trinta e quatro sessões de julgamento. Permanecem, no entanto, à espera de estudo dos Relatores trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis processos, dos quais vinte e nove mil, setecentos e sessenta e seis são provenientes de anos anteriores.

Desde de sua instalação até dezembro, o Superior Tribunal de Justiça publicou cento e trinta e dois mil e setenta e seis acórdãos. Esses Algarismos bastam para documentar a rotina extenuante imposta aos diligentes Ministros da Casa ante a distribuição média de seis mil, quatrocentos e dezenove feitos por mês durante o último ano. O vertiginoso crescimento do número de processos é evidenciado pelas seguintes cifras: em 1989, foram distribuídos seis mil, cento e três; no ano seguinte quatorze mil e oitenta e sete; dois anos depois, trinta e três mil, oitocentos e setenta e dois, saltando para sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e seis, em 1995, e para setenta e sete mil e trinta e dois no ano passado. Ainda há pendentes de distribuição cerca de oito mil.

Essa verdadeira escalada confirma o que vem sendo divulgado, isto é, que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal encontram-se no Centro da crise que o Poder Judiciário vem enfrentando ao longo das últimas décadas, sem que até o presente momento vislumbrem-se fundadas esperanças de superação. Quanto mais se julga, mais processos se multiplicam à espera de distribuição. Essa avassaladora espiral aponta para a distribuição de dois mil, setecentos e três processos por Ministro-Relator no ano findo, enquanto a média de julgamentos foi de dois mil, setecentos e vinte e oito por Ministro.

É importante assinalar que durante o exercício passado foram julgados quinze mil, duzentos e noventa e sete feitos a mais do que em 1995. O crescimento explosivo de demandas dirigidas aos dois principais Tribunais do país reclama a necessária interpretação, a qual aponta para causas diversas como a inevitável exacerbação da litigiosidade no ambiente social, decorrência natural da complexidade crescente das relações sociais cada vez mais numerosas no mundo contemporâneo, agravação dos conflitos provocados pelas distorções caracterizadoras da sociedade excludente que tem sido a brasileira, especialmente nas últimas décadas, e a renitente obstinação do Poder Executivo ao insistir em desconhecer a jurisprudência reiterada dos Tribunais, mediante a multiplicação, além de qualquer limite, dos recursos utilizados como tática de

protelação do cumprimento de suas obrigações. Por outro lado, há que mencionar a banalização das medidas provisórias, muitas vezes reeditadas, em afrontoso desafio às regras elementares do convívio dos Poderes do Estado, motivo de permanente inquietação social a desaguar nas portas dos tribunais, o último refúgio dos direitos ameaçados e violados.

Eis os números que evidenciam, acima de qualquer dúvida, tão grave desvio de conduta administrativa, incompatível com os fundamentos do estado de direito. No ano passado, quase 35% de todos os recursos interpostos junto a esta Corte precisamente vinte e sete mil, seiscentos e treze deles têm o Instituto Nacional da Seguridade Social como litigante. Segue-se em ordem decrescente a Fazenda Nacional, onze mil e vinte nove, e a Fazenda do Estado de São Paulo, três mil, oitocentos e oitenta e nove. Isto significa que a administração pública reclama para si mais de 60% da atividade fim do Tribunal.

O público deve, portanto, contentar-se com dois quintos apenas da capacidade operacional desta Corte. A identificação dessas causas principais da crise experimentada pela Justiça Brasileira não exclui evidentemente o reconhecimento das deficiências dos próprios organismos judiciários: número insuficiente de juizes e funcionários; carências administrativas, operacionais e financeiras; nem o inegável descompasso que distancia grande número de juizes do conhecimento de anseio disseminados na sociedade, enquanto sua capacitação profissional exhibe debilidade que a própria Constituição denuncia ao exigir permanente aperfeiçoamento profissional da Magistratura. Cumpre, contudo, não nos exceder no mea culpa dos juizes brasileiros, que freqüentemente compromete a objetividade do debate.

Sem embargos de tantas adversidades, impõe-se assinalar, nesta ocasião de abertura do ano judiciário, com justificado regozijo, a diversidade, a abrangência e a importância das decisões do Tribunal no transcurso do exercício findo. Nesses pronunciamentos, quando Turmas, Sessões e Corte Especial conseguem emergir das sufocantes montanhas da recalcitrância, é que esta Casa chega finalmente a exercer sua específica incumbência de orientar a jurisprudência nacional, exigida pela necessária estabilidade da ordem jurídica, condição de desenvolvimento e de justiça social. Anoto, neste passo, que em 1996, por motivo de aposentadoria, despediram-se desta Corte, onde deixaram vivo testemunho de sua brilhante judicatura, os Eminentes Ministros Francisco Cláudio de Almeida Santos e Francisco de Assis Toledo. Em contrapartida, vieram

integrá-la, assegurando-lhe o concurso de seus reconhecidos talentos, o ilustres Ministros José Arnaldo da Fonseca, Fernando Gonçalves, Carlos Alberto Menezes Direito e Félix Fischer. Aos Nobres colegas renovo nossas boas-vindas, com a certeza de que concorrerão para a preservação do elevado convívio que distingue e enaltece sobremaneira a história do inesquecível Tribunal Federal de Recursos e marca a auspiciosa trajetória desta nova Corte Judiciária. O Tribunal comemora nesta ocasião a sua composição completa, fato que há tempo não se podia observar, dada a demora que muitas vezes acontece nas providências burocráticas de substituição de Ministros aposentados por novos Colegas.

Este relatório não pode deixar de mencionar as principais linhas de atuação observadas no âmbito administrativo, entendida a administração como conjunto de atividades-meio indispensáveis ao exercício da função fim do Tribunal. O ano assinalou-se pelas providências levadas a termo no sentido de implantar e pôr em prática a nova estrutura dos serviços em consonância com a reorganização que propusemos ao Conselho de Administração, ali aprovada por unanimidade, conforme a Resolução nº 18, de 05 de dezembro de 1985. Essa nova organização inspirou-se na necessidade de descentralização das decisões e das atividades executivas por três setores, a fim de assegurar gestão equilibrada e eficiente, bem como a indispensável segurança dos serviços de instrumentação, apoio e documentação da atividade judiciária. Os bons resultados já obtidos com o concurso dessa sistemática organizacional e operacional, ao proporcionar a desejável transparência de decisões administrativas, hão de contribuir para a consolidação e respeitabilidade da prática da autonomia administrativa que a Constituição confere ao Tribunal.

A reorganização dos serviços administrativos na sua configuração abrangente determinou a necessidade de atualização dos regulamentos dos serviços de diferentes setores, de modo a adequá-los ao ambiente do Tribunal em sua nova sede, sendo de imediata compreensão que o modelo praticado em edifício de menos de vinte mil metros quadrados não poderia ajustar-se tal e qual uma sede de cento e trinta e cinco mil metros quadrados, distribuída por cinco edifícios.

Daí a necessidade dessa reformulação levada a cabo com a valiosa colaboração da nova Assessoria de Organização e Métodos, também já implantada em direta articulação com a Presidência.

Ainda na área administrativa, merece lembrança a implantação do Sistema LINCE que permitiu a organização pelo Protocolo Central Administrativo Informatizado. Além da agilização decorrente da

introdução da informática no fluxo cotidiano de informações e documentos, o LINCE possibilitou o controle de procedimentos burocráticos, permitindo, assim, a localização imediata de um processo administrativo que até então era sempre demorado. O LINCE cadastrou, ano passado, onze mil, oitocentos e setenta e quatro documentos, tendo sido registrados no período sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e um em trâmite, o que também demonstra que, apesar de aparente frieza de nossos amplos corredores, o Tribunal fervilha pela rede de computadores.

Enriqueceu-se a biblioteca. Faço, aqui, alusão à biblioteca adquirida do acervo do saudoso Frederico Marques e às generosas doações do saudoso Ministro Márcio Ribeiro e dos nossos eminentes Colegas Miguel Jerônimo Ferrante e Pedro Acioli.

Foram realizadas dezesseis mil, duzentos e vinte e uma pesquisas processuais das quais onze mil, quatrocentos e vinte e seis encomendadas por advogadas.

O atendimento de balcão da jurisprudência registrou oito mil, trezentos e dois pedidos de cópias de acórdãos. A Revista do Tribunal, sob a competente direção do Ministro Eduardo Ribeiro, contabilizou quarenta e cinco mil e dezoito exemplares de publicações diversas, distribuídos nos âmbitos externos e interno. E a sala reservada aos advogados foi visitada por quinhentos e trinta e quatro profissionais das diversas regiões do país.

A padronização da linguagem para o entendimento uniforme da jurisprudência com a implantação do tesouro jurídico avançou os passos largos. A Comissão de Especialistas do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça de Brasília e Tribunais Regionais Federais completou a etapa referente ao Direito Civil e ao Comercial, também a parte mais importante da legislação: constituição, Códigos, doutrina e as expressões usuais e novas da jurisprudência foram já devidamente compiladas.

No Setor de Recursos Humanos o trabalho gerou em torno de seis objetivos básicos: aumento de produtividade, eliminação do desperdício, racionalização de tarefas, rapidez, aprendizado contínuo e integração.

São os próprios servidores os primeiros a reconhecer que o ambiente de trabalho melhorou, apesar da perversa política de pessoal praticada no país, especialmente em prejuízo do Poder Judiciário.

De nossa parte, com a necessária aprovação do Conselho de Administração, o Tribunal efetivou o pagamento das parcelas dos quintos da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação de Atividade por Desempenho de Função relativas a 1992

a 1995, integrando-as às remunerações dos servidores a partir de janeiro de 1996. Também foram pagas as vantagens aos inativos aposentados até 28 de fevereiro de 1995, conforme prevê o art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, e integralizadas todas as pensões pendentes de pagamento desde 1991. Além disso, foram concedidas movimentações extraordinárias, beneficiando trezentos e vinte e um servidores em maio e duzentos e trinta e um em novembro.

Em relação ao PRÓ-SER, ante a drástica redução dos recursos financeiros imposta pela Lei de Meios, foi necessário aumentar o percentual pago pelo servidor no valor total de serviço médico que passou de 20% para 50%, porém com a aprovação do pedido de suplementação orçamentária a situação pôde ser revertida, de igual modo merece referência a ampliação no período do número de médicos, clínicas e serviços contratados pelo PRÓ-SER.

Ainda quanto aos Recursos Humanos, buscou-se a introdução de um programa de capacitação de servidores nos diversos níveis de atuação, com o objetivo, entre outros, de identificar as aptidões dos funcionários, treinando os mais capazes para funções de maior responsabilidade, de modo a reduzir a dependência de nossos serviços de profissionais requisitados de outros órgãos. Um total de um mil, trezentos e sessenta e dois cursos diversos de treinamento e aperfeiçoamento sobre temas pertinentes aos variados setores foi oferecido aos servidores, destacando-se os relacionados com a informática, gestão financeiro-administrativa, doutrina e processo. Cumpre assinalar que a primeira turma de servidores participantes do Curso de Administração Judiciária em nível de pós-graduação lato sensu, mediante convênio com a Fundação Getúlio Vargas, completou o período revelando-se estimulada a participar do processo de modernização e aperfeiçoamento da Casa. Foi tal o interesse despertado por esse empreendimento, que os 24 concluintes desse Curso se preparam para em conjunto, e as suas próprias expensas, empreender visitas de estudos aos Estados Unidos, onde pretendem conhecer a administração da Suprema Corte e de outros Tribunais. Nota-se que para este curso de características inovadoras, os servidores foram selecionados mediante prévia inscrição e avaliação de seus títulos.

Esta iniciativa motivou outros órgãos do Judiciário a promoverem nos mesmos moldes cursos semelhantes como o Tribunal de Justiça de Brasília e o Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal.

As comemorações de Natal, também, contribuíram para maior entrosamento do nosso funcionalismo. Nesse período iniciaram-se, e, ainda, prosseguem, a expansão do serviço de assistência médica, com

instalação, reequipamento e ampliação de assistência odontológica, agora vocacionada principalmente para o atendimento direto da clientela. E para a implantação do setor de fisioterapia tão necessário ao ambiente do Tribunal como é de fácil compreensão; também, completou-se a adaptação do recinto de sessões da Quinta Turma na tentativa de correção de deficiência original de projeto, introduzindo-se corrimão para assegurar o trânsito de advogados. Entre as realizações do ano devemos assinalar o fato de se ter obtido para o Tribunal o competente habite-se, fato que apesar de rotineiro costuma ser raro na Administração Pública Federal. Instalamos uma agência de Correios para facilitar o trânsito dos papéis e processos, atualizamos as instalações da Presidência. No setor de informática registraram-se avanços consideráveis. A par de ter sido um período de intenso treinamento para adaptação das diversas unidades da rede de computadores, foi providenciada a aquisição de equipamentos para complementação do circuito 375 Pentiums, 133 MHZ, 48 impressoras laser e 40 potentes Modems, entre vários outros tipos de material informático. Esse investimento importou em um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais, em números redondos. Estão em fase de implantação os chamados gabinetes virtuais que permitirão aos Senhores Ministros trabalharem em casa como se estivessem no Tribunal. Além disso serão instalados nas portarias dos prédios nove terminais de auto-atendimento para facilitar aos visitantes a obtenção de informações diversas sobre a tramitação de processos e a geografia da sede.

A tecnologia da informática e a racionalização de procedimentos também permitiram à Administração reduzir custos com controle de gastos e revisão de contratos de locação de mão-de-obras. Uma economia mensal da ordem de quarenta e cinco mil reais e 22% nos gastos com energia elétrica.

Cabe, sem dúvida, destacar neste Relatório a inauguração dos últimos dias do ano passado da "home-page" do STJ na Internet, que está encerrando em 10 dias o seu período experimental. Desde então, o internauta interessado pode obter informações básicas sobre as atribuições e o funcionamento do Tribunal, bem como informações sobre tramitação de processo. Em curto prazo serão disponibilizados os arquivos, contendo acórdãos na íntegra. Está sendo preparada uma versão básica em inglês das informações do Tribunal para veiculação na Internet. Os perfis dos Senhores Ministros, cujos originais foram remetidos pelos seus gabinetes, ainda não foram incluídos em razão da disparidade que se verificou na formatação de alguns currículos. É certo que as recomendações de ordem técnicas apontam para a

necessidade de um mínimo de padronização dos perfis, como aliás se observa na página da Suprema Corte Americana e entre nós na do Tribunal de Contas da União, os perfis dos Ministros do Supremo ainda não estão disponíveis na Internet.

Visualizando-se, enfim, a sede do Tribunal, pelo seu aspecto externo, pode-se ver que já se avançou no sentido da inserção urbanística de nossos edifícios, a qual prossegue, e especialmente no que se refere ao ajardinamento das áreas internas, embora algumas necessidades ainda mereçam registro como ampliação de vias públicas de acesso a arrumação de áreas vizinhas tomadas ainda pelo mato que vem servindo de depósito e entulhos. Não obstante é inegável que além de mais bonito, mais equipado e mais eficiente o Superior Tribunal de Justiça começou a ficar mais conhecido durante o ano passado.

O espaço conquistado na Voz do Brasil ampliou significativamente o raio de repercussão das decisões do Tribunal, que passam, agora a ser divulgadas, também, por meios de uma rede Data-fax, contratada com a EMBRATEL. O noticiário do Tribunal, bastante ampliado em 1996, a partir deste ano, poderá ser transmitido, via fax, até mil endereços distintos, simultaneamente. Jornais, emissoras de rádio e TV, universidades, revistas e boletins jurídicos, instituições públicas e diversas embaixadas, em breve prazo, começarão a receber, com regularidade, informações desta Casa. Com a Internet o Tribunal se abre para o mundo e pela Data-fax e Voz do Brasil liga-se mais amplamente ao País. Por meios de eventos, como exposições, conferências e seminários, amplia-se o relacionamento com a comunidade local. Entre as diversas realizações neste campo é justo destacar pelo grau de importância de que se revestiram os seminários sobre soluções alternativas de conflitos, a solenidade de abertura do Seminário Roma-Brasília, o encontro internacional promovido em cooperação com o Centro de Estudos do Conselho de Justiça Federal sobre as Questões Jurídicas no Processo de Integração com o MERCOSUL e, há poucos dias, a celebração do Dia da Bandeira.

Nesta altura, devo considerar meu reconhecimento pela decidida e leal cooperação dos Secretários-Gerais e assessores, em cujo convívio diário comungo o esforço conjunto de definição de tarefas e de critérios de atuação, sem o que o trabalho aqui relatado, de modo algum, poderia ter sido realizado.

No que tange às atribuições específicas da Presidência, relacionadas com a apresentação do Tribunal no plano político institucional, o ano que passou foi denso, para dizer o menos. Estiveram em pauta a Reforma Administrativa, a assim chamada Reformam de Judiciário e o

Plano de Carreira dos Servidores, além do orçamento da União. Por duas vezes prestei depoimento na Comissão Especial que discute a proposta de Emenda Constitucional 96/92, Comissão presidida pelo Deputado Wagner Rossi, a convite do relator Eminentíssimo Deputado Jairo Carneiro. Com freqüência consoante as necessidades, interfi pessoalmente ou por telefone, procurando sensibilizar as lideranças parlamentares, para a aprovação do Plano de Carreira, reivindicado desde o advento da Constituição pelos servidores dos Tribunais Superiores. Tratando destes assuntos mantive entrevistas com o Ministro Antônio Kandir, o Senador Carlos Bezerra, o Deputado Fernando Lyra e outros sobre o orçamento e o Plano de Carreira. Também, por duas vezes, encontrei-me em audiência com o Excelentíssimo Vice-Presidente da República, Marco Maciel e o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A Presidência também intensificou a integração da Casa aos esforços desenvolvidos pelos demais Tribunais Superiores na definição e encaminhamento de questões de interesse comum. Da mesma forma, ilustres parlamentares de diferentes tendências e dirigentes do Governo local estiveram em visita a esta Corte, ocasiões em que tiveram contato pessoal com nossos Eminentíssimos Colegas. O Tribunal também recebeu as visitas, por diferentes motivos, dos Ministros Nelson Jobim, Raul Jungmann e Reinhold Stephanes e, por duas vezes, o Excelentíssimo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, bem como de dez embaixadores de países amigos.

Certamente há muito a ser feito no propósito da satisfatória adequação de toda variada gama de atividades que se exerce nesta Casa, a ponto de que se possa reconhecer sua completa correspondência à sua conspícua vocação.

Nos meses que me resta, pretendo empenhar-me no propósito de obter junto ao Governo local, de forma definitiva e satisfatória, a adequada ocupação da área limítrofe do Tribunal, de forma a evitar a degradação de que atualmente é objeto com a instalação de favelados e despejo de entulho. Concluir a adequação das salas de julgamento das Seções e Turmas. O Tribunal está recebendo, ainda esta semana o estudo que Oscar Niemayer oferece à Corte para melhoramento das condições físicas das salas de Seções. Instalar bancas de jornais e revistas, melhorar o auditório, adaptar a localização de assessoria de imprensa, para criar a sala de jornalistas credenciados.

Consolidar o circuito de divulgação do noticiário, com a aquisição de equipamentos necessários a um centro de produção audiovisual para registro das atividades da Casa, bem como a elaboração de vídeos didáticos, em parceria, que recomendo, com o Centro de

Estudos Judiciários do Conselho.

Intensificar o processo de abertura do Tribunal à visitação pública, incluindo a sua sede no roteiro da cidade, com eventos culturais de qualidade. Inserir o Tribunal no circuito internacional, iniciando sua regular troca de informações e intercâmbio com entidades de renovado prestígio na área jurídica, inclusive com tribunais congêneres dos principais países do mundo. Por em prática o plano emergencial de segurança. Concluir os entendimentos para a assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal, a fim de garantir o financiamento de casa própria aos servidores do Tribunal e da Justiça Federal.

Estes esforços empreendidos com tais objetivos não nos autorizam a desviar os olhos das pesadas e espessas nuvens que obscurecem o céu e espaçam o horizonte na perspectiva do Poder Judiciário Brasileiro na abertura deste novo ano de trabalho. Minha experiência no honroso exercício da presidência impõe-me o dever de repartir com os meus insignes pares minhas apreensões em face da evidência de que o bom e respeitoso convívio dos Poderes no estado democrático continua entre nós como mera aspiração daqueles que, mesmo a despeito da insuportável exclusão social que os discrimina, anseiam contudo pela concretização dos valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, comprometida com o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como quer a Constituição. (As palavras não são minhas, são do texto constitucional).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias continua ignorando o imperativo da carta Magna, de vez que os Tribunais não são previamente ouvidos sobre suas necessidades financeiras. Nosso funcionalismo permanece injustamente discriminado. Os Magistrados têm a sua remuneração aviltada e, em conseqüência, aumentam ameaçadoramente os obstáculos ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, tão reclamado no entanto, até mesmo como condição de consolidação da nova ordem econômica nacional e de encorajamento de investimentos financeiros em território nacional. O acesso ainda limitadíssimo do Judiciário aos meios de divulgação encoraja a disseminação de versões incorretas e inverídicas em detrimento da Magistratura, onde cresce o número de vagas pelo desestímulo das vocações. No entanto, o povo cada vez mais acorre às casas de Justiça. O Poder Judiciário, e portanto também o Superior Tribunal de Justiça e a valorosa Justiça Federal, não pode, e sem dúvida não vai, ficar à margem do processo em curso, no rumo da superação do impasse que cerceia o saudável

convívio dos Poderes, segundo o modelo constitucional.

Impõe-se, portanto, aprofundar e ampliar a nossa reflexão entre, por um lado, a alegada prática, ainda não comprovada, do que se convencionou chamar aleivosamente "indústria de liminares" e o tão freqüente absenteísmo, por outro lado, do Poder Judiciário em momentos de crise institucional e, aí está o espaço pelo qual a nação certamente espera possam fluir no futuro as águas limpas e benfazejas que venham nutrir a tão almejada consolidação da democracia brasileira.

A este Tribunal, à Justiça Federal, à Magistratura brasileira incumbe o impostergável dever, e para além e por cima das montanhas de processos e de nossas extasiantes estatísticas, encontrar meios e modos de aprofundar o seu compromisso maior com o sofrido povo brasileiro. "

Presto essas informações aos colegas porque esta é a forma ideal para integrar os Ministros da Casa nos problemas que vivenciam os seus colegas incumbidos diretamente da Administração. Desejei também apontar para a necessidade de que pensemos na conjuntura política em que vive o Judiciário brasileiro na circunstância atual. Os apensos trazem os mapas com os dados ilustrativos necessários.

Completo esta parte do trabalho, dirigindo a minha afetuosa saudação a todos os nossos pares que já chegaram e aos que estão vindo, aos Ministros aposentados que nos honram com suas presenças, aos funcionários da Casa e à Ilustre Representante do Ministério Público que conosco atua na Corte Especial.

Vencida esta parte, passaremos aos julgamentos de feitos.

JULGAMENTOS

Encerrou-se a sessão às 16:00 horas, tendo sido julgados 02 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 3 de fevereiro de 1997.

MINISTRO BUENO DE SOUZA

Presidente da Sessão

KÁTIA GOMES DE OLIVEIRA

Secretária